



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

## O SIGNIFICADO DA FORMAÇÃO TEÓRICA NO FAZER PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Ane Cassia Brito Almeida Martins<sup>1</sup>  
Sandra Carla Maia Medeiros<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho trata do resgate histórico do Serviço Social até a contemporaneidade e aborda suas influências históricas, teóricas e metodológicas. Este refere-se às transformações sociais enquanto marcos no redimensionamento profissional, visto que os questionamentos sobre as limitações profissionais possibilitaram aos Assistentes Sociais repensarem sobre seu exercício profissional. Com intuito de compreender como os profissionais significam formação teórica e fazer profissional, foram relacionadas reflexões teóricas sobre as novas atribuições exigidas à categoria profissional, pautadas nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Tais dimensões estão inscritas nas diretrizes curriculares de 1996, que propõe um novo fazer profissional a partir da apropriação da instrumentalidade no Serviço Social e reconhecimento da profissão como categoria de trabalho, inscrito nas contradições da sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Formação profissional, Fazer profissional.

**Abstract:** The present work deals with the historical rescue of Social Service to contemporaneity and addresses its historical, theoretical and methodological influences. This refers to the social transformations as frameworks in professional resizing, since the questions about the professional limitations enabled the Social Assistants to rethink their professional practice. In order to understand how professionals mean theoretical and professional training, theoretical reflections on the new assignments required for the professional category, based on the theoretical-methodological, ethico-political and technical-operational dimensions were related. These dimensions are inscribed in the 1996 curricular guidelines, which proposes a new professional practice, starting with the appropriation of instrumentality in Social Work, and recognition of the profession as a category of work, inscribed in the contradictions of capitalist society.

**Keywords:** Social work, Professional training, Professional.

### 1. INTRODUÇÃO

A relevância deste trabalho sobre a formação profissional do Assistente Social se faz necessária por entendermos que há particularidades que se entrelaçam. A profissão, durante seu processo de constituição e institucionalização, sofre transformações históricas, econômicas, culturais, políticas e sociais. Assim, pesquisar este tema surgiu da inquietação em compreender como os Assistentes Sociais, no seu fazer profissional, articulam a teoria e prática profissional.

---

<sup>1</sup>Profissional de Serviço Social. Secretaria Municipal de Assistência de Betim. E-mail: <anecassiaba@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup>Profissional de Serviço Social. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. E-mail: <anecassiaba@yahoo.com.br>.

O trabalho se orientará pela seguinte hipótese: A formação acadêmica e o projeto político-pedagógico do curso de Serviço Social propiciariam ao Assistente Social um arcabouço teórico-metodológico para sua atuação.

Como aporte teórico será utilizado estudo bibliográfico sobre a trajetória do Serviço Social e os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão, tendo como suporte teórico Yasbek (2000), Yamamoto e Carvalho (1983) e Aguiar (1997), dentre outros autores. Os dados secundários serão fornecidos pelos Assistentes Sociais em entrevista.

Para melhor reflexão sobre o tema pesquisado faremos um breve histórico do curso de Serviço Social no Brasil, com destaque nos principais aspectos da formação acadêmica (os eixos ensino, pesquisa e extensão) e o projeto político do curso, bem como o exercício profissional do Assistente Social.

## **2. Trajetória Sócio-Histórico da Formação Profissional no Serviço Social: fundamentos históricos, teóricos e metodológicos.**

O breve histórico da gênese do Serviço Social até a contemporaneidade possibilita compreender as influências da ideologia católica com fundamentos neotomistas, das experiências norte-americanas influenciadas pelo desenvolvimentismo, e dos novos direcionamentos pós Movimento de Reconceitualização no processo de formação profissional do Serviço Social no Brasil, no que tange suas bases ético-político e teórico-metodológicas. De acordo com Aguiar (1995), a Encíclica Rerum Novarum, promulgada por Leão XIII, em 1891, é considerada um chamado à Igreja e à sociedade sobre a condição em que se encontravam os operários e seu afastamento dos preceitos religiosos. Esse documento afirmou a importância de se estabelecer a harmonia entre as classes e da restauração dos costumes cristãos.

No dizer de Aguiar (1995), é dentro dessa visão da Igreja que surgem as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Muitas delas nascem de grupos que participaram de cursos de formação social e das semanas sociais ligadas à Igreja Católica.

Em 1936, em São Paulo, surge a primeira escola de Serviço Social, que nasceu do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS. Um dos motivos básicos para a criação foi a necessidade sentida pela Igreja de uma melhor preparação dos quadros militantes da Ação Social.

Em 1937, no Rio de Janeiro, embora por caminhos diferentes, mas sobre a mesma perspectiva, nasce a segunda escola de Serviço Social. A exemplo dessas duas escolas, até 1950, a maioria das escolas terá influência da igreja.

De acordo com Yasbek (2000), o processo de incorporação da profissão está intrinsecamente atrelado às ideias e conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica, em seu processo de institucionalização no Brasil. Tal relação infundiu à profissão um aspecto de apostolado, a Questão Social passou a ser abordada com base na moral e na religião. A intervenção tem como foco a formação da família e do indivíduo, em vista à integração nos moldes das relações sociais vigentes.

Os referenciais orientadores se pautaram pelo ideário franco-belga de ação social, e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc.XII), que fundamenta o Serviço Social na formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, de cunho humanista-conservador. Esses referenciais não condizem com o ideário liberal e marxista, mas sim buscam recuperar a hegemonia do pensamento social da Igreja frente à Questão Social.

O preparo técnico não basta apenas ao Assistente Social; é necessário que a ele seja aliada uma sólida formação moral, porque, quase sempre, terá o Assistente de pôr a prova seus princípios morais, quer aconselhando, quer adotando uma atitude frente a um problema moral daqueles que procura reajustar (SERVIÇO SOCIAL *apud* Sá, 1995 p. 75).

Entre as décadas de 1940 e 1950, o Serviço Social no Brasil, além da orientação neotomista, abarcou orientações norte-americanas, que trazem uma visão mais técnica ao seu fazer profissional. Segundo Bulla (2003), os modelos teóricos e metodológicos do Serviço Social de países mais desenvolvidos, importados para suprir as iniciais demandas do profissional em campo, trouxe dilemas. A ênfase no método individual mostrou-se ineficiente devido à realidade brasileira abarcar problemas de origem estrutural. Assim, comprometia um trabalho eficiente do profissional.

Segundo Sá (1995), os alunos criticavam a sobrecarga das matérias curriculares, e as escolas reconheciam a necessidade da regulamentação em nível superior. Havia necessidade de repensar a regulamentação da função, e uma formação estruturada. Isso, em relação à teoria/prática. As normas de recrutamento dos alunos, ao estágio e à supervisão, ao trabalho de conclusão de curso, à seleção e especialização dos professores; a regulamentação do exercício da profissão, ao ensino dos métodos do Serviço Social de casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. Assim, o debate era concentrado nas contraditórias concepções da formação profissional de base doutrinária e formação de base técnica.

Segundo Bulla (2003), a década de 1960 foi marcada por inúmeras transformações na vida social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira. Fatores que refletiram no repensar das Ciências Humanas e Sociais, bem como do Serviço Social. Neste período, já se tinha uma consciência da crescente miserabilidade e subdesenvolvimento do País. As intervenções nesta situação se tornaram ineficientes, sem resultados consistentes por não atenderem às demandas sociais. Crescia, entre alguns dos Assistentes Sociais deste período, um sentimento de decepção por não alcançar eficácia em suas práticas profissionais.

No dizer de Netto (1996), o repensar da profissão, expresso pelas mudanças sociais, sensibiliza e força os profissionais a se posicionarem contrários às bases tradicionais da profissão, visto que a necessidade de renovação do Serviço Social, ampliada pelo movimento de reconceituação, evolui na heterogeneidade dos debates estabelecidos no âmbito profissional.

O movimento de reconceituação iniciado no contexto da sociedade chilena no final dos anos 60 inaugurava uma nova era para o Serviço Social. A busca de alternativas para uma ação que atendessem aos problemas específicos das sociedades latino-americanas levava os assistentes sociais a uma revisão de seus conceitos e de sua própria forma de interpretar a realidade. Essa busca gerava uma tomada de consciência do papel exercido tradicionalmente (BARBOSA, 1997, p. 25).

Segundo Bulla (2003), o movimento de reconceituação abrigava várias tendências em seu interior. A tendência em aderir o referencial marxista era uma proposta do movimento que defendia uma análise da realidade social e novas ações metodológicas que abarcassem a totalidade social. Assim, num primeiro momento, o Movimento de Reconceituação apresentava uma nítida influência do pensamento de Althusser.

A estrutura curricular que passava a vigorar então, fundamentada nos princípios e diretrizes do movimento de reconceituação, conduzia o ensino para a formação de profissionais comprometidos com uma única opção político-ideológica: aquela que levaria os novos assistentes sociais assumirem um compromisso com o processo de educação política das classes populares e a transformação da sociedade. (BARBOSA, 1997, p.26)

De acordo com Yasbek (2000), o Serviço Social, ao se apropriar da vertente marxista, não o faz sem inúmeros problemas ao reduzir esta vertente numa abordagem sem um aprofundamento da essência de Marx e, ainda, por se deixar influenciar pelo cientificismo e pelo formalismo metodológico (estruturalista), apresentado no marxismo althusseriano. No entanto, para a referida autora, é este referencial que propicia a profissão um questionamento em relação as suas tradicionais práticas e possibilita uma aproximação com os movimentos sociais.

No dizer de Kameyama (1998), com a aceleração na produção de conhecimento no Serviço Social, a partir dos anos 1970, que culminou com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação na área das Ciências Sociais e, especificamente, em Serviço Social, houve um grande avanço para a formação dos Assistentes Sociais. Dado seu caráter interventivo, privilegiava-se fundamentalmente o aspecto técnico-operativo em detrimento da produção de conhecimento. Os questionamentos no interior da profissão trouxeram várias contribuições teóricas e necessidade de sistematizar a prática.

Segundo Yasbek (2000), as leituras dos Assistentes Sociais foram orientadas pelos autores latino-americanos do final dos anos 1970 e pela iniciante produção brasileira (particularmente divulgada pelo Centro Brasileiro de Cooperação e intercambio de Serviços Sociais - CBCISS). Esta última, aos poucos, foi apropriada para formação e exercício profissional no país.

Segundo José Paulo Neto (1996), adequar a formação profissional às atuais condições da “questão social” pressupõe um redimensionamento no ensino. O objetivo era repensar a formação para que fosse capaz de responder, com *eficácia e competência*, às demandas da sociedade. Sobretudo, a necessidade da construção de um novo perfil profissional.

De acordo com Yasbek (2000), no início dos anos 1980, a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. O diálogo da teoria com a profissão é feita principalmente por Yamamoto. O princípio teórico-metodológico é que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediatez, mas construída por meio de mediações que podem ser feitas através de instituições, situações etc. Nesta perspectiva, entende-se que apreensão da realidade é dialética, possui em seu cerne contradições que ora se revelam ou se ocultam, só podem ser compreendidas ao considerar a totalidade das relações produzidas por uma sociedade capitalista.

O trabalhador (assistente social) trabalha, ao mesmo tempo, mediações complexas das relações de poder e intermediações de recursos, serviços e oportunidades, para que o sujeito individual e coletivo tenha assegurado seus direitos, suas condições de vida e a ressignificação de sua trajetória social num contexto também ressignificado (FALEIROS, 2004, p. 28).

É próprio dos anos 1990 o debate e a construção o qual se convencionou denominar Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social brasileiro, resultado da organização coletiva da categoria profissional por intermédio de suas principais entidades: o conjunto CFESS-CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO. Além de encontros e seminários específicos voltados para as questões do ensino e da pesquisa, do exercício

profissional e da organização dos estudantes de Serviço Social, decorre dessa dinâmica a nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662) e o novo Código de Ética (Resolução CFESS nº 273), ambos de 1993, e também as atuais Diretrizes Curriculares da Formação Profissional, aprovadas em 1996. Esse esforço ético, político, acadêmico e profissional expressa a construção do Serviço Social brasileiro dos últimos vinte anos, que afirma, como valores centrais, a liberdade, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o compromisso com a competência e com a qualidade dos serviços prestados, o aprimoramento intelectual, a formação acadêmica qualificada, uma nova relação com os usuários e outras categorias profissionais, rumo à emancipação e à construção de uma nova ordem social radicalmente humana.

O aprofundamento deste projeto profissional do Serviço Social, em um contexto de despolitização do social e da política, supõe a continuidade da atuação de entidades representativas e legítimas, capazes de coordenar e articular o trabalho profissional, o ensino e a pesquisa na área, tendo como baliza a dimensão pública do papel exercido pelo Assistente Social na contemporaneidade. Em tempos de globalização neoliberal, implica também na expansão profissional para além das fronteiras nacionais, na perspectiva de integração regional e inserção internacional, em um movimento que busca fortalecer um projeto contra-hegemônico do Serviço Social.

O limiar do século XXI revela um Serviço Social consolidado e amadurecido, uma profissão presente em todo o território nacional diversificada na sua inserção institucional e nas áreas de atuação, extrapolando as funções executivas para incorporar novas demandas profissionais. Fruto dos processos de descentralização e municipalização da ação pública, da reestruturação produtiva nas empresas e da multiplicação e diversificação das entidades socioassistenciais e das ONGs.

Os Assistentes Sociais têm sido requisitados a assumir funções voltadas à gestão social, elaboração e implementação de projetos sociais, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais, planejamento e administração de serviços e benefícios, estudos e pesquisas sociais, assessoria e consultoria no campo das políticas públicas e dos movimentos sociais. Sob os impactos das atuais transformações societárias, os assistentes sociais enfrentam a exigência de novas competências teóricas e técnico-operativas, a participação em equipes interdisciplinares, o compartilhamento dos espaços públicos com novos interlocutores, o que desafia a capacidade analítica e propositiva dos profissionais.

Conforme Faleiros (2004), as transformações na estrutura da articulação teórico-histórica-metodológica do serviço social possibilitou a reforma curricular, aprovada em 1979 pela Assembleia da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, implementada a partir de 1982. Com a entrada da formação crítica e comprometida com a transformação social, o currículo possibilitava aos estudantes analisarem a realidade da sociedade capitalista de

maneira crítica, contrário à reestrutura tradicional da divisão de “caso”, “grupo” e “comunidade”.

Segundo Bulla (2003), após dez anos da implantação da proposta curricular anterior, de 1984, compreende-se a necessidade de uma nova e profunda revisão da formação profissional, e se iniciou, em 1994, e após um intenso processo de reavaliação do currículo que estava em vigor. Uma nova proposta para a formação foi elaborada e aprovada.

Em 8 de novembro de 1996, em Assembleia Geral Extraordinária, ficou aprovado o Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social, o qual tem os seguintes pressupostos norteadores:

- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva, no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sociohistóricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- O agravamento da questão social, em face às particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social, resultante de novas requisições postas pelo reordenamento da relação capital trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, por meio das políticas e lutas sociais.

De acordo com Bulla (2003), a proposta centra-se na Questão Social, “entendida no âmbito da produção e reprodução da vida, a qual tem no trabalho, o seu elemento fundante” (ABESS/CEDEPS, 1996 *apud* Bulla) cujas diretrizes curriculares da formação profissional são: capacitação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa. A formação deve contemplar o aprofundamento, tanto da realidade social como do próprio Serviço Social, ou seja, a formação deve perpassar a apreensão do significado social da profissão e também pela compreensão dos problemas e desafios impostos pela realidade social. As respostas profissionais devem estar parametrizadas nas atribuições e habilidades contempladas no Código de Ética Profissional.

Conforme ARAUJO (2008), é esta a nova lógica curricular, moldada por meio de um projeto pedagógico que apanha na história da profissão o conjunto de esforços exercidos para a

compreensão de sua função social nos marcos da sociedade capitalista monopólica. Uma lógica que reclama a inserção do Serviço Social na realidade social, ou seja, um projeto pedagógico cujo ponto de partida é a história, entendendo a profissão “no quadro das relações sociais entre as classes e desta com o Estado”.

Segundo Guerra (2000), o Assistente Social, ao atuar nas políticas sociais, precisa compreender os mecanismos de reprodução da força de trabalho e os resultados das lutas de classes para acionar os procedimentos técnico-operativos. O profissional precisa compreender que, além das questões técnicas, há requisitos que integram a compreensão do teórico e metodológico a partir das ciências humanas e sociais e os conhecimentos incorporados pela profissão, bem como a análise dos seus objetos de intervenção e as produções das pesquisas. Dessa forma, as dimensões constitutivas da questão social e as estratégias capazes de orientar e instrumentalizar a ação profissional não se findam apenas na utilização do instrumento.

Cabe ao profissional discernir a mediaticidade de suas ações para não ser apenas um operacionalizador de técnicas. Há também, na instrumentalidade, segundo Guerra (2000), uma possibilidade de o exercício profissional resgatar a natureza e a configuração das políticas sociais em seu processo sociohistórico e torná-los espaços de intervenção profissional – espaços constituídos com determinadas formas, conteúdos e dinâmicas ao exercício profissional.

Conforme Guerra (2000), o significado do fazer profissional está na razão crítica e na subjetividade dos sujeitos sociais. A exemplo disso, o engajamento dos profissionais com os movimentos sociais na busca de políticas sociais emancipatórias pressupõe a possibilidade de materialização de direitos coletivos e o fortalecimento das estruturas democráticas.

### **3. Considerações Finais**

É fundamental dizer que as reflexões apresentadas são frutos de leituras do processo histórico e da contemporaneidade em que se constrói a formação e prática profissional do Serviço Social. O serviço Social, com adendos históricos de posição política e contradições internas e externas, expressa a riqueza de debates e as tentativas de consolidar um direcionamento profissional. Sobretudo, com um aprofundamento intelectual conciliado ao

pluralismo que evidencie a emancipação plena dos indivíduos sociais, como regem os princípios do Código de Ética de 1993.

Anterior a esses princípios, há um resgate histórico relevante, visto que houve desdobramentos da profissão desde sua concepção até a atualidade. Os primeiros Assistentes Sociais brasileiros eram orientados pelas ações da Igreja de base, neotomismo e na formação moral. Processualmente, com abertura da industrialização no país, houve a necessidade da manutenção da ordem e educação das “massas”, emerge o Serviço Social técnico, com influência norte-americana com o fazer pautado na adaptação.

Devido ao constante movimento da realidade social, seus profissionais começam a verificar a insuficiência das respostas de suas práticas em uma sociedade mais consciente de sua condição de miserabilidade. Os profissionais integram suas inquietações à sociedade e questionam seu fazer profissional. Neste período, alguns Assistentes Sociais se juntam aos movimentos sociais e participam efetivamente da construção da abertura democrática, bem como posteriormente nas construções de políticas sociais.

Verifica-se que a composição teórica e a concepção do fazer profissional foram se transformando segundo as necessidades sociais de qualificação deste trabalho. A tendenciosidade da “moça boazinha e da ajuda” está aos poucos se rompendo devido à atual perspectiva de qualificação profissional. O Serviço Social como profissão é reconhecido e inscrito nas relações de trabalho. O Assistente Social, em seu papel de profissional “liberal”, enfrenta dilemas das contradições de seu trabalho e convive com os impactos da precarização e mercantilização no mundo do trabalho.

Salienta-se ainda que a atual posição do Serviço Social brasileiro, marcado pelas conquistas históricas, teóricas e metodológicas, no campo profissional, originou-se das inquietações, debates e sistematizações de Assistentes Sociais que refletiram sobre a ineficiência do fazer profissional e se preocuparam com a formação dos futuros profissionais. Assim, o Serviço Social, como categoria de trabalho, rompe com o assistencialismo ao se apropriar do seu papel profissional e lutar também pela constituição de políticas sociais em diversas áreas.

Como campo de atuação e trabalho, o serviço social demonstra um amadurecimento teórico e prático ao se inserir na produção e reprodução da vida social. Sem findar-se em totalidades, já que as reflexões neste trabalho propiciam mais inquietações na busca do conhecimento, para sistematizações sobre a formação teórica e o fazer profissional.

A constatação é de que os Assistentes Sociais necessitam compreender as contradições sociais, de modo a não se iludirem com leituras imediatas e serem sensíveis na “escuta”, para visualizar as necessidades e demandas encaminhadas pelos usuários. O objetivo é,

em conjunto, construir reflexões que possam superar ou encaminhar aquela situação, visto que não se trata de adaptar o sujeito ao meio, mas que este perceba seus desejos e direitos civis, políticos e sociais.

A compreensão de que o Assistente Social constrói e reconstrói seu fazer profissional à luz de suas reflexões, estudos, debates, sejam eles na academia a partir dos eixos ensino, pesquisa e extensão, na educação continuada, nos seminários e congressos da categoria. Destaca-se, ainda a observância que este profissional, em seu processo de graduação ou formação continuada, esteja atento as diferentes faces da “Questão Social”. Esta questão é mutável, esconde perversamente em suas práticas e discursos opressões, precarizações e degradações humanas. Não se trata de um “patrulhamento ideológico” nem tampouco “endogenismo”, mas que o profissional tenha um constante aperfeiçoamento e ressignificação do fazer profissional para intervir na realidade com uma visão crítica.

A formação acadêmica tem suas limitações por não abarcar a totalidade do movimento da sociedade. Além disso, não pretende esgotar, mas facilitar o debate com as temáticas curriculares adotadas. Entende-se, portanto, que a apreensão dos significados profissionais se consolida pelas escolhas teóricas subjetivas, claramente orientada pelo código de ética e do projeto ético político. Salienta-se que não se trata do ecletismo, mas diálogo crítico com as teorias emancipatórias.

A formação generalista possibilita um olhar mais amplo sobre os conteúdos e a realidade. Na verdade, é o desvelar das estratégias e habilidades técnicas e o amadurecimento intelectual que não posicionamento ético político aproximam teoria e a pratica.

Na atual conjuntura, o Assistente Social, orientado pelas concepções emancipatórias, tem o desafio de significar seu fazer profissional, de modo a atuar com competência teórica e técnica nas contradições políticas, econômicas, culturais, sociais e profissionais. É um profissional que marcará seu espaço pela sua capacidade de estabelecer mediações objetivas e subjetivas no seu campo de trabalho. Daí a necessidade de um maior diálogo entre academia e campo profissional, imprescindível para estabelecer debates com aprofundamentos teóricos e rebatimentos práticos das multifacetadas formas da “Questão Social” nestes dois campos. Assim, firma-se um constante desafio em discernir, compreender, reconhecer e qualificar o fazer profissional frente aos desdobramentos que se apresenta na sociedade do século XXI.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo, 1995. 152 p.
- BARBOSA, Maria Margarida. **Serviço Social Utopia e realidade: uma visão da história**. In Cad. serv.soc. Belo Horizonte, 1997. v.2.p.25-71.
- BULLA, Leonia Capaverde. **Relações Sociais e Questão Social na Trajetória Histórica do Serviço Social**. In: Textos & Contextos, nº 2, Ano II, 2003. p. 4-19. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/947/727>> Acesso em 12 maio 2019
- GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 2000. nº62, ano XX.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1983. 383p
- KAMEYAMA, Nobuco. **A trajetória da produção de conhecimento em serviço social: avanço e tendências**. In: Caderno ABESS. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 3. ed. Soa Paulo: Cortez, 1996. 334p.
- SÁ, Jeanete L. Martins de. **Conhecimento e Currículo em Serviço Social**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1995. 294p.
- YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade**. In: CEAD - UNB. (Org.). Curso - Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Brasília - DF: CEAD-UNB, 2000, v. 4, p. 19-34.